



ABC BRASIL

ARAB BANKING CORPORATION

BANCO ABC BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 28.195.667/0001-06
www.abcbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de Junho de 2013 do Banco ABC BRASIL S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Conta com um amplo portfólio de produtos, agil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que lhe possibilita auferir resultados consistentes com índices de performance notadamente baixos. É um dos únicos bancos brasileiros a contar com controle internacional e autonomia local.

Desde o início de suas atividades, em 1989, o Banco ABC Brasil S.A. construiu uma sólida base de clientes, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, o banco está apto a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atua. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro garantem ao Banco ABC Brasil S.A. boas classificações de risco: "rAAA-" em escala nacional e "BBB-" em escala global pela Standard & Poor's Ratings Services; "Aa1.br" em escala nacional e "Baa3" em escala global pela Moody's Investors Services; e "AA" na escala nacional e "BBB-" em escala global pela Fitch Ratings.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABC4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BVM&FBovespa).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. em 30 de junho de 2013 era a seguinte: Arab Banking Corporation (57,6%); Mercado (33,9%); Administradores e Conselheiros (7,0%) e Tesouraria (1,5%).

AÇÕES EM TESOURARIA

Em 12 de novembro de 2012, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 3.411.589 ações preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia e viabilizar o pagamento da remuneração variável dos administradores da Companhia, em linha com a resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/10.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 124,8 milhões no primeiro semestre de 2013 (R\$ 111,9 no mesmo período de 2012), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 14,3% no período (14,6% primeiro semestre de 2012).

O aumento do resultado do banco em relação ao mesmo período do ano anterior reflete, principalmente, o aumento das carteiras de crédito do banco, receitas de prestação de serviços e outras receitas operacionais, além da menor despesa com provisão para devedores duvidosos.

Foi destinado aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 42,0 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,30 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro semestre de 2013. O banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os Juros sobre o Capital Próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 25/b).

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 15.992,9 milhões no final do primeiro semestre de 2013 (R\$ 14.402,1 milhões ao final do mesmo período de 2012). Ao final do semestre, a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 96,8% (97,5% ao final do primeiro semestre de 2012). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,0% do total da carteira ao final do primeiro semestre de 2013 (2,0% ao final do primeiro semestre de 2012).

IN CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor Independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. possui R\$ 429,6 bilhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" e conforme Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil, o Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

CLAUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

GESTÃO DE RISCO

1) Risco corporativo

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantêm estruturas específicas visando atender as Resoluções nºs 3.380, 3.464, 3.721 e 4.090 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado, crédito e liquidez, respectivamente. As informações referentes à gestão de risco em atendimento às resoluções mencionadas e à Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrasil.com.br/port/rigovernanca/riscos.asp ou www.abcbrasil.com.br) - relações com investidores > governança corporativa > fatores de risco).

A Gestão do Risco Corporativo é responsável de todas as áreas e localidades, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. E exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da Instituição.

2) Risco operacional

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3) Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descausamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas

reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4) Risco de crédito

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atribuída das Áreas de Crédito - Corporate e Middle-Market - no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte das Áreas Operacionais para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade. A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5) Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Participam do processo também as áreas de Controle e Gestão de Riscos e de Controladoria, que contribuem com informações, subsídios e avaliações complementares. As informações referentes à gestão de capital em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrasil.com.br/port/rigovernanca/riscos.asp ou www.abcbrasil.com.br) - relações com investidores governança corporativa > fatores de risco).

6) Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

7) Risco de conformidade

É de responsabilidade da área de Compliance assegurar que haja políticas e processos (controles) para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e para prevenir e combater a lavagem de dinheiro. Atua também na orientação e conscientização, visando coibir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da Instituição. Ademais, define e aplica normas e políticas de Segurança da Informação, propondo mudanças operacionais ou tecnológicas para proteger a integridade do Banco e a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 07 de agosto de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Notas	Banco		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Circulante	11.223.469	9.279.729	11.307.562	9.360.830
Disponibilidades	68.572	13.153	68.572	13.153
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.126.081	1.582.728	2.126.081	1.582.728
Aplicações no mercado aberto	1.390.820	890.388	1.390.820	890.388
Aplicações em depósitos interfinanceiros	190.781	432.641	190.781	432.641
Aplicações em moedas estrangeiras	544.480	259.749	544.480	259.749
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.475.805	1.233.410	1.553.829
Carteira própria	1.102.974	650.351	1.180.998	722.617
Vinculados à prestação de garantias	221.506	460.672	221.506	460.672
Instrumentos financeiros derivativos	151.325	122.387	151.325	122.387
Relações interfinanceiras	6	90.544	206.991	90.544
Repasses interfinanceiros	71	363	71	363
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	83.267	164.223	83.267	164.223
Operações de crédito	7	7.206	42.405	7.206
Operações de crédito - setor público	7	4.709.327	4.791.008	4.791.008
Operações de crédito - setor privado	7	116.915	—	116.915
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	4.694.795	4.890.699	4.694.795
Outros créditos	8	(102.383)	(99.691)	(102.383)
Créditos por avais e fianças honradas	8	2.713.409	1.413.825	2.719.478
Carteira de câmbio	9.a	2.107.381	1.070.647	2.107.381
Carteira a receber	9.a	14.191	6.264	14.191
Negociação e intermediação de valores	9.b	65.934	99.508	65.934
Diversos	9.c	542.183	254.795	548.252
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(16.280)	(27.011)	(16.280)
Outros valores e bens	9	39.731	38.564	39.731
Outros valores e bens	9	37.400	37.168	37.400
Despesas antecipadas	9	2.331	1.396	2.331
Realizável a longo prazo	9	4.987.315	3.467.300	5.052.820
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	1.504.621	558.824	1.570.126
Carteira própria	9	918.269	345.040	983.774
Vinculados à prestação de garantias	9	322.712	40.953	322.712
Instrumentos financeiros derivativos	9	263.640	172.831	263.640
Operações de crédito	7	3.110.924	2.814.394	3.110.924
Operações de crédito - setor público	7	83.333	—	83.333
Operações de crédito - setor privado	7	3.079.361	2.857.370	3.079.361
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(51.770)	(42.976)	(51.770)
Outros créditos	8	367.238	89.924	367.238
Carteira de câmbio	9.a	224.872	—	224.872
Rendas a receber	9.a	1.201	1.154	1.201
Negociação e intermediação de valores	9.b	—	2.508	—
Diversos	9.c	148.134	90.417	148.134
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(6.969)	(4.155)	(6.969)
Outros valores e bens	9	4.532	4.158	4.532
Investimentos temporários	9	1.436	1.436	1.436
Despesas antecipadas	9	3.096	2.722	3.096
Permanente	9	163.336	154.685	214.339
Investimentos	9	142.278	134.328	381
Participações em controladas - no País	10	141.905	133.933	381
Outros investimentos	10	373	395	381
Imobilização de uso	11	14.107	15.289	14.107
Outras imobilizações de uso	11	26.315	25.277	26.315
Depreciações acumuladas	11	(12.208)	(9.988)	(12.208)
Diferido	11	34	298	34
Gastos de organização e expansão	11	4.390	4.389	4.390
Amortizações acumuladas	11	(4.356)	(4.091)	(4.356)
Intangível	11	6.917	4.770	6.917
Ativos intangíveis	11	16.468	12.135	16.468
Amortizações acumuladas	11	(9.551)	(7.365)	(9.551)
Total do ativo		16.374.120	12.901.714	16.381.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Notas	Capital social		Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Recompra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	2013	2012			Reserva de dividendos	Reserva de dividendos					
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.004.400	671	63.382	—	386.828	55.000	322	—	(10.997)	1.499.606
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		—	—	—	—	—	—	323	—	—	323
Aquisição de ações próprias		—	—	—	—	—	—	—	—	(1.600)	(1.600)
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	—	—	111.924	—	111.924
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	—	—	—	—	(44.482)	—	(44.482)
Destinação - Reserva legal		—	—	—	5.596	—	—	—	(5.596)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.004.400	671	68.978	—	386.828	55.000	645	61.846	(12.597)	1.565.771
Saldos em 30 de junho de 2012		1.041.900	2.410	74.713	—	515.244	55.000	2.803	—	(12.597)	1.679.473
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		—	—	—	—	—	—	(3.836)	—	(3.836)	(3.836)
Aquisição de ações próprias		—	—	—	—	—	—	—	—	(4.795)	(4.795)
Aumento de capital		36.290	—	—	—	—	—	—	—	—	36.290
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	—	—	124.767	—	124.767
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	—	—	—	—	(42.732)	—	(42.732)
Destinação - Reserva legal		—	—	—	6.238	—	—	—	(6.238)	—	—
Constituição de reserva		—	—	—	5.032	—	—	—	—	—	5.032
Saldos em 30 de junho de 2013		1.078.190	7.442	80.951	—	515.244	55.000	(1.033)	75.797	(17.392)	1.794.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Notas	Banco		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Apuração do valor adicionado				
Receitas	810.508	704.104	817.367	711.726
Receitas da intermediação financeira	720.758	651.757	727.621	659.260
Receitas de prestação de serviços	77.444	61.441	77.444	61.441
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.222)	(52.380)	(48.222)	(52.380)
Outras receitas operacionais	60.528	43.286	60.524	43.405
Despesas de intermediação financeira	(497.290)	(429.339)	(497.290)	(429.339)
Insumos adquiridos de terceiros	(36.790)	(35.955)	(36.849)	(35.940)
Processamento de dados e telecomunicações	17	(5.577)	(5.145)	(5.607)
Serviços de terceiros	17	(2.587)	(2.446)	(2.428)
Serviços do sistema financeiro	17	(6.471)	(6.449)	(6.478)
Serviços técnicos especializados	17	(4.021)	(3.402)	(4.065)
Despesas de viagem	17	(1.740)	(1.875)	(1.740)
Promoções e relações públicas	17	(1.026)	(1.411)	(1.026)
Outras despesas operacionais	19	(8.314)	(3.138)	(8.319)
Resultado não operacional	19	(521)	(4.740)	(546)
Outras despesas administrativas	17	(6.533)	(7.349)	(6.640)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas	Banco		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Circulante	10.013.416	8.354.923	10.021.106	8.362.983
Depósitos	12	3.255.448	3.242.655	3.255.187
Depósitos à vista	12	71.525	121.192	71.664
Depósitos interfinanceiros	12	470.726	974.798	470.726
Depósitos a prazo	12	2.712.797	2.146.665	2.712.797
Captações no mercado aberto	1			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 22).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I. Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 30 de junho de 2013, corresponde à aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 07 de agosto de 2013. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; e Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devendo a administração avaliar o impacto de tais alterações no resultado do período em que ocorrerem.

II. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos: As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa. As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Critérios de avaliação dos passivos: As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) Hedge Accounting: Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total (Hedge de Valor Justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os Instrumentos Financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um Hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 5.b e 15.c respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigados por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b).

e) Classificação dos ativos e passivos circulares e a longo prazo: Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

f) Apuração das receitas e despesas: As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulares e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdáveis possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde a existência de legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 20).

j) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Banco e consolidado	
2013	2012
68.372	13.153
1.985.310	1.190.305
544.480	259.749
1.440.830	930.556
2.053.882	1.203.458

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais e aplicações em moedas estrangeiras têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até junho de 2014.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários: A classificação dos títulos, em 30 de junho de 2013 e 2012, é demonstrada como segue:

	2013		2012		Banco	Consolidado
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado		
	Custo	Mercado/contábil	Custo	Mercado/contábil	Mercado/contábil	Mercado/contábil
Títulos para negociação						
Eurobônus	27.402	26.123	27.402	26.123	32.793	32.793
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	10.834	10.818	10.834	10.818	21.383	21.383
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" (a)	-	-	-	-	54.918	54.918
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	1.737	1.737
Debêntures	94.242	90.264	94.242	90.264	20.542	20.542
Subtotal - Títulos para negociação	132.478	127.205	132.478	127.205	131.373	131.373
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	553.282	553.194	610.476	610.379	723.108	738.804
Eurobônus	3.944	3.960	3.944	3.960	9.732	9.732
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	22.775	22.194	22.775	22.194	40.613	40.613
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" (a)	59.672	59.672	59.672	59.672	-	-
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	86.344	86.344	25.841	143.254
Debêntures	550.546	552.938	550.546	552.938	386.708	386.708
Nota Promissória	151.862	151.794	151.862	151.794	10.631	10.631
Cédula do Produtor Rural	61.172	61.006	61.172	61.006	75.361	75.361
Títulos Públicos emitidos em outros países	430.177	430.908	430.177	430.908	93.449	93.449
Letras do Tesouro Nacional	176.961	173.014	176.961	173.014	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	2.010.391	2.008.680	2.153.929	2.152.209	1.365.643	1.498.752
Mantido até o vencimento	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional (b)	429.576	429.576	429.576	429.576	-	-
Subtotal - Mantido até o vencimento	429.576	429.576	429.576	429.576	-	-
Total	2.572.445	2.565.461	2.715.983	2.708.990	1.497.016	1.630.125

(a) A administração decidiu reclassificar esses títulos da categoria Títulos para negociação para a categoria Títulos disponíveis para venda em função das condições de liquidez desses ativos. Não houve quaisquer efeitos nos resultados. (b) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 30 de junho de 2013, ajuste negativo de R\$ 9.539. Em 30 de junho de 2013, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 1.720 (R\$ 1.074 de ganho em 2012), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 1.033 (R\$ 645 em 2012). A composição da carteira em 30 de junho de 2013, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	2013					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação						
Eurobônus	-	-	-	-	10.834	15.289
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	10.818	26.123
Debêntures	-	-	-	-	30.331	59.933
Subtotal - Títulos para negociação	-	-	-	-	51.983	75.222
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	-	610.379	-	-	-	610.379
Eurobônus	-	-	-	2.323	1.637	3.960
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	22.194	22.194
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" (a)	-	-	-	-	59.672	59.672
Debêntures	4.552	-	-	41.263	254.034	253.089
Nota Promissória	-	91.392	60.402	-	-	151.794
Cédula de Produtor Rural	-	10.367	5.018	27.200	18.421	61.006
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	-	206.356	-	224.552	430.908
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	173.014	173.014
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	6.263	713.875	275.225	84.728	737.163	334.955
Mantido até o vencimento	-	-	-	-	257.076	172.500
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	257.076	429.576
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	257.076	429.576
Total - 2013	6.263	713.875	275.225	84.728	1.046.222	582.677
Total - 2012	29.450	127.770	152.195	117.669	881.386	238.546

	2013					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação						
Eurobônus	-	-	-	-	10.834	15.289
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	10.818	26.123
Debêntures	-	-	-	-	30.331	59.933
Subtotal - Títulos para negociação	-	-	-	-	51.983	75.222
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	-	610.379	-	-	-	610.379
Eurobônus	-	-	-	2.323	1.637	3.960
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	22.194	22.194
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" (a)	-	-	-	-	59.672	59.672
Debêntures	4.552	-	-	41.263	254.034	253.089
Nota Promissória	-	91.392	60.402	-	-	151.794
Cédula de Produtor Rural	-	10.367	5.018	27.200	18.421	61.006
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	-	206.356	-	224.552	430.908
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	173.014	173.014
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	6.263	713.875	275.225	84.728	737.163	334.955
Mantido até o vencimento	-	-	-	-	257.076	172.500
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	257.076	429.576
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	257.076	429.576
Total - 2013	6.263	713.875	275.225	84.728	1,046.222	582,677
Total - 2012	29.450	129.344	155.317	168.814	904.347	241.304

O Banco possui "Títulos vinculados à garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

	2013	2012
Tipo de operação	Título vinculado	Valor de mercado
Captação de empréstimos	LFT	112.871
Derivativos - BMF e CBLC	LFT/NTN/LTN	288.423
Câmbio - BMF	LFT	68.576
Captações em Letras de Crédito do Agronegócio	Cédula do Produtor Rural	45.954
Total		544.218

b) Instrumentos financeiros derivativos: O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisitos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteira. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração. A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica para períodos de um dia e nível de confiança de 99%. Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado: - Futuros: cotações em Bolsas; - Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos; - Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA; - Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxa obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seu valor referencial estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Banco e consolidado				2012	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	6.178.245	-	-	-	3.519.760	-
Compromisso de compra	2.649.877	-	-	-	1.053.530	-
Mercado interfinanceiro	1.133.298	-	-	-	145.613	-
Moeda estrangeira	1.516.579	-	-	-	907.917	-
Compromisso de venda	3.528.368	-	-	-	2.466.230	-
Mercado interfinanceiro	2.742.176	-	-	-	694.002	-
Moeda estrangeira	786.192	-	-	-	1.706.162	-
Outros	-	-	-	-	66.066	-
Posição ativa	2.018.158	146.071	27.396	173.467	2.989.234	137.784
Contratos de "Swap"	536.541	23.183	11.261	34.444	630.938	35.545
Mercado interfinanceiro	250.908	2.121	4.505	6.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 629.887 (R\$ 610.484 em 2012), demonstrado como redutor de Outras Obrigações (nota 15.a) acrescido de R\$ 13.093 (R\$ 18.417 em 2012) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros Créditos (nota 9.a). (b) Saldo no valor de R\$ 165.428 (R\$ 87.751 em 2012) referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros créditos (nota 9.c). (c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contra garantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações. Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados da seguinte forma:

Banco e consolidado							
2013							
A vencer							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 3 dias
Operações de crédito	657.886	1.236.390	1.208.487	1.684.803	2.500.496	662.198	24.144
Outros créditos	223.046	250.158	277.757	156.130	28.399	24.844	2.642
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	880.932	1.486.548	1.486.244	1.840.933	2.528.895	687.042	26.786
Garantias prestadas e responsabilidades	692.747	920.822	1.707.439	2.724.450	953.314	56.728	-
Total - 2013	1.573.679	2.407.370	3.193.683	4.565.383	3.482.209	743.770	26.786
Total - 2012	1.610.876	2.261.049	2.936.961	3.695.094	3.220.686	621.551	55.915

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 foram realizadas operações de cessão de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 15.749 (R\$ 13.346 em 2012). O efeito dessas operações no resultado no semestre findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 229 (R\$ 462 em 2012). A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

Banco e consolidado			
2013		2012	
	Saldo	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	487.692	3,05	451.192
10 maiores devedores	3.173.790	19,85	2.628.627
20 maiores devedores	4.692.025	29,34	3.902.233

(1) total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

Em 30 de junho de 2013 e de 2012, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

Banco e consolidado					
2013					
Nível de risco	Nível de provisionamento	Total das operações			Provisão Res. 2.682
		Curso normal	Atraso	Total	
AA	-	483.929	-	483.929	-
A	0,5%	2.867.286	-	2.867.286	14.336
B	1,0%	4.200.413	159	4.200.572	42.006
C	3,0%	1.095.216	1.686	1.096.902	32.907
D	10,0%	188.728	5.001	193.729	19.373
E	30,0%	12.458	2.346	14.804	4.441
F	50,0%	11.683	2.173	13.856	6.928
G	70,0%	25.809	3.829	29.638	20.747
H	100,0%	25.072	11.592	36.664	36.664
Total		8.910.594	26.786	8.937.380	177.402

Banco e consolidado					
2012					
Nível de risco	Nível de provisionamento	Total das operações			Provisão Res. 2.682
		Curso normal	Atraso	Total	
AA	-	657.443	-	657.443	-
A	0,5%	3.254.055	-	3.254.055	16.270
B	1,0%	3.461.226	225	3.461.451	34.615
C	3,0%	926.818	5.879	932.697	27.981
D	10,0%	85.674	5.155	90.829	9.083
E	30,0%	13.020	254	13.274	3.982
F	50,0%	33.281	6.519	39.800	19.900
G	70,0%	5.705	21.886	27.591	19.313
H	100,0%	26.692	15.997	42.689	42.689
Total		8.463.914	55.915	8.519.829	173.833

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012:

Banco e consolidado				
2013				
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	2012
Saldos no início do semestre	163.580	18.435	182.015	133.122
Constituição	42.322	5.539	47.861	52.291
Classificados como resultados de exercícios futuros	304	194	498	386
Créditos compensados como prejuízo	(52.055)	(917)	(52.972)	(11.194)
Saldos no final do semestre	154.151	23.251	177.402	173.833

Em 30 de junho de 2013, o saldo de créditos renegociados é de R\$ 271.509 (R\$ 183.880 em 2012) no banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 137.402 (R\$ 80.553 em 2012).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 2.198 (R\$ 2.838 em 2012).

9. OUTROS CRÉDITOS

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

Banco e consolidado			
2013			
	2013	2012	
Câmbio comprado a liquidar - CCL	1.259.804	746.351	(790)
Provisão sobre variação cambial de CCL	(757)	-	-
Direitos sobre vendas de câmbio	1.091.637	313.568	-
Adiantamentos recebidos	(31.524)	(6.909)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	13.093	18.417	-
Total	2.332.253	1.070.647	

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas. c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

Banco e consolidado				
2013				
	2013	2012	2013	2012
Créditos tributários (Nota 20)	142.464	116.261	142.486	116.280
Devedores por depósitos em garantia	87.501	64.498	92.606	72.507
Impostos e contribuições a compensar	29.472	19.614	30.393	20.418
Impostos e contribuições a recuperar	11.699	319	11.699	319
Títulos e créditos a receber	249.714	46.318	249.714	46.318
Valores a receber por venda de ações	165.428	3.537	165.428	3.537
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	4.039	87.751	4.060	6.949
Outros	690.317	345.212	696.386	354.079

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro de da rubrica outros créditos.

10. INVESTIMENTOS

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.	2013	2012
Capital social	49.600	55.632	105.232	105.232
Patrimônio líquido	71.886	70.019	141.905	133.933
Resultado do semestre	1.800	2.301	4.101	4.638
Nº de ações ordinárias possuídas	24.980.054	-	-	-
Nº de ações preferenciais possuídas	24.980.055	-	-	-
Nº de cotas possuídas	-	55.631.814	-	-
% de participação	100,00	99,99	-	-
Valor contábil	71.886	70.019	141.905	133.933
Equivalência patrimonial	1.800	2.301	4.101	4.638

11. IMOBILIZAÇÃO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear à seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequamento a vida útil-econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617 do Banco Central, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

12. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Banco						Consolidado					
2013						2012					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		Total	Total	Total	Total	
Depósitos à vista	71.925	-	-	-	-	71.925	121.192	71.664	120.998		
Depósitos interfinanceiros	-	190.018	280.708	32.813	1.819	505.358	1.163.304	505.358	1.163.304		
Depósitos a prazo	-	1.073.293	1.639.504	369.613	-	3.082.410	2.393.653	3.082.410	2.393.653		
Total - 2013	71.925	1.263.311	1.920.212	402.426	1.819	3.659.693	3.659.432	3.659.432	3.659.432		
Total - 2012	121.192	737.039	2.384.424	425.839	9.655	3.678.149	-	3.677.955	-		

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

Banco e consolidado						
2013						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	102.198	143.698	8.787	1.689	256.372	169.745
Letras de crédito do agronegócio	596.297	371.987	8.279	-	976.563	1.008.625
Letras financeiras	-	392.941	1.299.538	3.508	1.695.987	695.784
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior (1)	6.206	-	250.000	-	256.206	-
Total - 2013	704.701	908.626	1.566.604	5.197	3.185.128	-
Total - 2012	654.263	562.701	657.190	-	1.874.154	-

(1) Em 22 de março de 2013, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão de notas seniores no valor de R\$ 250 milhões de reais com vencimento em março de 2016 e juros anuais de 8,50%, pagos semestralmente.

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

Banco e consolidado					
2013					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações por empréstimos:					
- No exterior	648.821	1.518.823	4.478	-	2.172.122
Obrigações por repasses - Do País:					
- BNDES	92.816	179.222	316.251	80.941	669.230
- FINAME	81.606	240.595	524.763	358.365	1.205.329
- Outras instituições	4.404	7.377	-	-	11.781
Total - 2013	827.647	1.946.017	845.492	439.306	4.058.462
Total - 2012	1.218.971	1.825.322	777.142	372.799	4.194.234

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço. As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) O saldo da carteira de câmbio está assim composto:

Banco e consolidado		
2013		
	2013	2012
Câmbio vendido a liquidar	1.114.941	334.272
Obrigações por compra de câmbio	1.196.423	687.524
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	(629.887)	(610.484)
Total	1.681.477	411.312

b) O saldo de obrigações fiscais e previdenciárias está assim composto:

Banco e consolidado				
2013				
	2013	2012	2013	2012
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	28.133	36.913	30.498	39.570
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	314	297	617	592
Impostos e contribuições a recolher	111.477	101.719	116.694	106.942
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20)	56.853	46.407	56.853	46.051
Provisão para riscos civis e fiscais	9.098	4.966	9.146	5.015
Total	205.875	189.942	213.808	198.170

c) **Outras subordinadas:** A composição do saldo das dívidas subordinadas em 30 de junho de 2013 e 2012 está assim composta:

Banco e consolidado			
2013			
	2013	2012	
Dívida subordinada Objeto de "Hedge accounting"	750.726	661.269	
Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 300 milhões)	750.726	661.269	
Subtotal	750.726	661.269	
Outras dívidas subordinadas	-	-	
- Certificados de Depósitos Bancários Subordinados	-	8.024	
- Letras Financeiras	21.022	18.160	
- Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 100 milhões)	236.080	-	
Subtotal	257.102	26.184	
Total dívidas subordinadas	1.007.828	687.453	

i) Dívida subordinada Objeto de "Hedge accounting"

Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 300 milhões)

Subtotal

Outras dívidas subordinadas

Certificados de Depósitos Bancários Subordinados

Letras Financeiras

Notas Subordinadas no Exterior (US\$ 100 milhões)

Subtotal

Total dívidas subordinadas

O saldo das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 30 de junho 2013 e 2012 é assim composto:


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações. A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da aquisição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2013 e 2012 é assim composta:

	2013	2012
Remuneração Fixa	7.667	7.184
Remuneração Variável	12.956	11.276
Total de benefícios de curto prazo	20.623	18.460
Remuneração baseada em ações	7.140	-
Total de benefícios de longo prazo	7.140	-
Total	27.763	18.460

c) **Resumo da movimentação do plano de remuneração:** Em 30 de agosto de 2012, de acordo com o plano de remuneração em ações citado na nota 21.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado:

Distribuição	Período de carência	Saldo em 31/12/2012	Novos	Convertidos em ações	Cancelados	Saldo em 30/06/2013
1º	30/08/2012 - 29/08/2013	247.222	-	-	-	247.222
1º	30/08/2012 - 29/08/2014	247.222	-	-	-	247.222
1º	30/08/2012 - 29/08/2015	247.222	-	-	-	247.222
		741.666	-	-	-	741.666

Em 8 de fevereiro de 2013, de acordo com o plano de remuneração em ações citado na nota 21.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado:

Distribuição	Período de carência	Saldo em 31/12/2012	Novos	Convertidos em ações	Cancelados	Saldo em 30/06/2013
2º	08/02/2013 - 08/02/2014	-	227.245	-	-	227.245
2º	08/02/2013 - 08/02/2015	-	227.245	-	-	227.245
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	-	227.245	-	-	227.245
		-	681.735	-	-	681.735

22. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros, realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2013 e 2012, são demonstrados como segue:

	2013		2012	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Ativos				
Disponibilidades	7.528	16.679	2.528	5.110
Aplicações interfinanceiras de liquidez	122.132	270.595	124.627	251.909
TVM e instrumentos financeiros derivativos	60.937	135.013	63.517	128.387
Operações de crédito - Líquido	610.945	1.353.610	541.476	1.094.485
Outros créditos e valores e bens	4.066	9.008	10.736	21.701
Total	805.608	1.784.905	742.884	1.501.592
Passivos				
Depósitos à vista	108	239	1.100	2.223
Depósitos a prazo	358.678	794.687	115.282	233.020
Obrigações por empréstimos no exterior	544.802	1.207.064	619.740	1.252.680
Instrumentos financeiros derivativos	30.134	66.765	35.825	72.413
Outras obrigações	778	1.723	95	192
Total	934.500	2.070.478	772.042	1.560.528

23. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC BRASIL S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos. Durante o semestre foi transitado e julgado duas ações com decisão favorável ao Banco conforme descritas abaixo: **Fundo de Investimento Social ("FINSOCIAL"):** Foi transitada em julgado ação requerendo o direito de compensar os valores recolhidos em alíquota superior a 0,5% do FINSOCIAL. O valor atualizado dos recolhimentos com direito à compensação é de R\$ 7.447 (R\$ 4.122 líquido de impostos) demonstrados na nota 18. **IRPJ sobre Remessa de Juros de Captações:** Transitou em julgado ação contestando a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessa de juros de captações ("Fixed Rate Notes"). O valor atualizado dos recolhimentos realizados por conta do Banco com direito à compensação é de R\$ 11.699 (R\$ 6.476 líquido de impostos) demonstrados na nota 18. O Banco aderiu ao programa de anistia da Receita Federal do Brasil (RFB) conforme descrito abaixo: **Programa de Anistia - Receita Federal do Brasil (RFB):** Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos que fizeram parte do programa de anistia foram: i) Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, ii) Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") sobre receitas financeiras - Lei nº 9.718/98, iii) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - alíquota de 8%, iv) Programa de integração social ("PIS"), v) IRPJ - Prejuízo fiscal inexistente e vi) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - Empresa não empregadora. Os valores a pagar referentes aos processos que fizeram parte do programa de anistia encontram-se provisionados e aguardam posicionamento da Receita Federal para que seja efetuada a liquidação financeira dos mesmos. Além dos processos do programa da anistia antes citados, o Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo consideradas possíveis por nossos assessores cujo detalhamento é o seguinte: **IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:** Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 8.887. **Imposto sobre operações financeiras ("IOF"):** Em 1994, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de sujeitar-se ao pagamento de IOF sobre o contravolante em cruzeiros, da moeda estrangeira ingressada e destinada a empréstimo, para recolhimento em 48 horas após a liquidação dos contratos de câmbio. Atualmente as decisões em 1ª e 2ª instâncias são desfavoráveis ao Banco, sendo que aguardamos pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de novo recurso. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 9.110. **Imposto sobre serviços ("ISS"):** Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2011. Tais valores correspondem a R\$ 27.011. **Encargos Previdenciários ("INSS"):** O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2008 no valor de R\$ 30.501. **Compensações não homologadas:** Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no art. 63 da Lei 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de incomformidade. O valor da exigência monta a R\$ 2.758. **Trabalhistas:** Em 30 de junho de 2013, o Banco era parte do polo passivo em 34 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 6.020. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações. **Cíveis:** Em 30 de junho de 2013, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, perfazendo um valor total de R\$ 28.369. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis: a) ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 10.876, sendo que até o momento

a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância; b) ação envolvendo pedido de anulação de lançamento a débito realizado na conta-corrente de empresa avalista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível.

Movimentação das provisões constituídas

	Banco			Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
No início do semestre	4.061	5.618	230	4.061	5.667	230
Constituição	3.174	3.250	-	3.174	3.250	-
Reversão	(479)	-	-	(479)	-	-
Baixa	(736)	-	-	(736)	-	-
No final do semestre	6.020	8.868	230	6.020	8.917	230

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social é representado por 143.847.098 ações nominativas (135.644.240 em 2012), escriturais e sem valor nominal, sendo 71.978.166 ações ordinárias (67.822.120 em 2012) e 71.868.932 ações preferenciais (67.822.120 em 2012). b) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Conforme reunião do conselho de administração realizada em 30 de março de 2012, foi deliberada que a distribuição de juros sobre o capital próprio passará a ser realizada semestralmente mediante as deliberações do conselho nas datas de 29 de junho e 28 de dezembro, oportunidade em que serão definidos os valores e posição acionária a ser considerada e data de pagamento. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio		Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social	
27/06/2013	42.041		16.816	
29/06/2012	44.174		17.670	

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. c) **Aumento de capital:** Em 21 de março de 2013, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital no valor de R\$ 36.290, correspondente a emissão de 3.434.698 novas ações nominativas, sendo 1.740.218 ações ordinárias e 1.694.480 ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre o capital próprio e integralização em dinheiro conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2012. Em 27 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 42.041, que representa um valor bruto de R\$ 0,30 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberado também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 35.730, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora aprovados. d) **Destinação dos lucros:** i) **Reserva de lucros - equalização de dividendos:** Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas. ii) **Reserva de Lucros - recompra de ações:** A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência. e) **Ações em tesouraria:** Durante o semestre de 2013, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 343.900 ações preferenciais. Em 30 de junho de 2013 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R\$ 17.392 equivalente a 2.126.501 ações preferenciais (R\$ 12.597 equivalentes a 1.782.701 ações preferenciais em 2012).

26. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2013 é de 16,27% (14,21% em 2012). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE pela nova forma de cálculo:

	2013	2012
Risco de crédito	1.638.488	1.594.386
Taxa de juros	54.644	14.282
Commodities	4.209	6.202
Risco operacional	78.549	72.540
Ações	-	339
Cambial	43.321	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.819.211	1.687.749
Patrimônio de Referência - PR	2.690.842	2.180.777
Excesso de patrimônio em relação ao limite	871.631	493.028

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados por acordo de compensação em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 359.528 (R\$ 426.854 em 2012).

28. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BRGAAP E IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012.

	2013	2012	
Patrimônio líquido em BRGAAP	1.794.199	1.565.771	
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	56.250	50.933
Outros ajustes		521	-
Patrimônio líquido em IFRS	1.850.970	1.616.704	
Lucro líquido em BRGAAP	2013	2012	
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a	251	10.923
Variação cambial sobre investimento no exterior	b	(1.321)	(1.463)
Lucro líquido em IFRS	123.697	121.384	

a) **Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes:** Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão. b) **Variação cambial sobre investimento no exterior:** Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio", os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.


A DIRETORIA
CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA CRC - 1SP170428/O-5

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 30 de julho de 2013, e em reunião extraordinária realizada em 07 de agosto de 2013, com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC BRASIL S.A. referentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012.

O relatório completo do Comitê de Auditoria, datado de 07 de agosto de 2013, contendo o detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do Banco ABC BRASIL S.A. (www.abcbrasil.com.br) e à disposição dos interessados junto aos representantes de Relação com Investidores. São Paulo, 07 de agosto de 2013.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

 Ilmos. Srs.
 Diretores e Acionistas do

Banco ABC Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC Brasil S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6
Eduardo Wellichen
 Contador CRC-1SP184050/O-6

São Paulo, 07 de agosto de 2013

Renato Nantes
 Contador CRC-1RJ115529/O-7-S-SP